

política

Editora: Paula Coutinho
politica@jornaldocomercio.com.br

Bolsonaro é diagnosticado com câncer de pele

Exames também acusaram anemia e mudanças na função renal

/ SAÚDE

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) está com câncer de pele e passará por acompanhamento clínico para a reavaliação de sua condição. A situação foi identificada em exames realizados no domingo, de acordo com a equipe médica que fez o atendimento.

O boletim médico divulgado pelo hospital DF Star apontou duas lesões cutâneas com “presença de carcinoma de células escamosas”. Bolsonaro terá que

passar por “acompanhamento clínico e reavaliação periódica”.

Segundo o médico Cláudio Birolini, trata-se de uma condição intermediária, que não é a mais leve e nem a mais grave entre os tipos de câncer de pele.

Ele recebeu alta e deixou o hospital em Brasília, acompanhado da esposa, Michelle Bolsonaro, após passar a noite no centro médico com uma crise de vômito e soluços.

No hospital, Bolsonaro fez uma série de exames que identi-

ficaram persistência de anemia e mudanças na função renal.

O ex-presidente também fez ressonância magnética para tentar identificar os motivos por trás de sintomas de tontura, mas o exame não identificou alterações graves.

Bolsonaro cumpre prisão domiciliar após o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes considerar que ele descumpriu medidas cautelares impostas no inquérito que investiga tentativa de obstrução de Justiça no caso da trama golpista. Depois, a defesa deve apresentar um relatório para o magistrado.

O ex-presidente foi condenado na semana passada a 27 anos e três meses de prisão por tentativa de golpe de Estado. Aliados defendem o cumprimento da pena em casa.

Ele já havia realizado exames no DF Star no último domingo, quando os médicos apontaram um quadro de anemia por falta de ferro e um resíduo de pneumonia. Também foram extraídas lesões na pele para avaliação sobre necessidade de tratamento.



Ex-presidente deixa o hospital em Brasília acompanhado de Michelle

Ex-diretor da PF é preso sob suspeita de corrupção

/ INVESTIGAÇÃO

Ex-diretor da Polícia Federal, Rodrigo de Melo Teixeira, que atuou na cúpula da corporação no governo Lula (PT), foi preso nesta quarta-feira, na operação que mira organização criminosa suspeita de crimes ambientais, corrupção e lavagem de dinheiro em Minas Gerais.

Teixeira era diretor de Polícia Administrativa no início da gestão do diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, e deixou o cargo no final do ano passado.

De acordo com as investigações, ele é suspeito de negociar direitos minerários com uma organização criminosa que atuava em Minas Gerais. Um dos interlocutores deles era o lobista Gilberto Henrique Horta de Carvalho. Ele também foi alvo de mandado de prisão.

A reportagem tentou localizar as defesas de Teixeira e de Carvalho, mas não obteve retorno.

Segundo a PF, Teixeira é vis-

to como “peça central” na organização criminosa, participando da gestão de empresas que atuavam na área de mineração, embora não tivesse participação formal nas sociedades.

Em sua carreira na PF, Teixeira foi responsável pelas investigações sobre a facada em Jair Bolsonaro em 2018, em Juiz de Fora, quando o ex-presidente ainda era candidato ao Palácio do Planalto. Ele também atuou no início das investigações sobre a tragédia de Brumadinho, em 2019.

Teixeira também foi secretário na Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção de Belo Horizonte, cidade comandada na época pelo ex-prefeito Alexandre Kalil, aliado do ministro de Minas e Energia Alexandre Silveira. A chapa do PSD em Minas Gerais em 2022 tinha Kalil como governador.

Há indícios, segundo a PF, de que Teixeira teria ocultado a propriedade de empresas, feito atos de corrupção e de obstrução de

Justiça, além de integrar organização criminosa.

Teixeira também exerceu influência, segundo as investigações, dentro da Polícia Federal na condução de inquéritos relacionados a mineração. Entre os alvos de prisão também está o diretor da Agência Nacional de Mineração, Caio Mário Trivellato Seabra Filho.



Teixeira é apontado como peça central na organização criminosa



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Blindagem a deputados e senadores

KAYO MAGALHÃES/CÂMARA DOS DEPUTADOS/JC



Aprovada na Câmara (foto) e enviada ao Senado, a PEC da Blindagem representa um retrocesso. Sob o argumento de proteger parlamentares de supostas perseguições, a proposta cria barreiras quase intransponíveis à responsabilização criminal, amplia o foro privilegiado e tenta blindar casos de flagrante. Juristas, jornalistas e a sociedade criticam a medida por transformar mandato em escudo contra a lei. O Parlamento deveria ser exemplo de transparência, mas insiste em legislar em causa própria, afrontando a democracia e a igualdade diante da Justiça.

Com voto secreto

Aprovada pela Câmara, a PEC da Blindagem reacende práticas da ditadura: o voto secreto voltou ao texto após ter sido derrubado, por artimanha dos parlamentares. Se já estivesse em vigor, poderia beneficiar dezenas de parlamentares, como Eduardo Bolsonaro (PL), investigado por atuar em favor do tarifaço contra o Brasil, e deputados suspeitos de desvios de emendas.

Brechas jurídicas

O texto exige aval da casa para abertura de ação penal, mas não esclarece quando a regra passa a valer. Juristas alertam para brecha: só após denúncia formal, o Congresso poderia barrar investigações. Para Roberto Livianu, do Instituto Não Aceito Corrupção, “a PEC fere a Constituição e obstrui o Ministério Público”.

Senado dividido

Apesar de parecer improvável obter os 49 votos necessários, líderes avaliam que a blindagem pode avançar. O Senado renova dois terços das vagas em 2026, e muitos senadores não querem arriscar apoio a um tema impopular em ano pré-eleitoral. A articulação de Davi Alcolumbre será decisiva.

Voto contra

“Meu voto será contra a ‘PEC da Impunidade’ e contra a anistia”, assegurou na tribuna o senador gaúcho Paulo Paim (PT).

Governo liberado

Por se tratar de emenda constitucional, a PEC não depende de sanção presidencial. Lula liberou a bancada, enquanto a ministra Gleisi Hoffmann (PT) disse que “o tema é de interesse do Parlamento, não do governo”. O Planalto prefere focar em pautas como a isenção do IR para quem ganha até R\$ 5 mil.

Blindagem vergonhosa

A aprovação da PEC da Blindagem expôs um Parlamento desconectado da sociedade. Enquanto o País enfrenta crises reais, deputados optaram por legislar em causa própria, criando uma casta política acima da lei.

Melchionna reage

A deputada federal gaúcha Fernanda Melchionna (PSOL) denunciou: “a farsa é um tapa na cara do povo brasileiro”. Para ela, “a blindagem transforma impunidade em imunidade, abrindo brechas até para crimes inafiançáveis”.